COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 702, DE 2015

Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas.

Autor: Deputado CÉLIO SILVEIRA

Relator: Deputado GERALDO RESENDE

I – RELATÓRIO

A proposta que ora analisamos determina que toda gestante seja submetida a avaliação psicológica durante o pré-natal para se detectar a propensão ao desenvolvimento de depressão pós-parto. As que forem identificadas com tal perfil serão encaminhadas para aconselhamento e psicoterapia. Determina ainda a avaliação psicológica de todas as puérperas antes da alta hospitalar. As que apresentarem sinais de depressão pós-parto serão encaminhadas para acompanhamento adequado.

O Autor salienta em sua Justificação estimativa de que a depressão pós-parto pode acometer perto de 20% das mulheres. Chama a atenção para os riscos para a mulher, recém-nascido e a família, e a importância do diagnóstico precoce e abordagem adequada.

Não foram apresentadas emendas em nossa Comissão. Em seguida, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examinará o projeto.

II – VOTO DO RELATOR

Como o ilustre Autor bem expõe, a depressão pós-parto (DPP) é uma questão bastante grave e que não se confunde com quadros transitórios de melancolia apresentados por muitas mães em virtude das oscilações hormonais após o nascimento do filho, o chamado *baby blues*.

A depressão pode se manifestar durante todos os trimestres da gestação, especialmente no terceiro. O quadro não pode ser prevenido, mas são frequentes os relatos do benefício da intervenção psicoterapêutica. Fatores como diminuição de horas de sono, episódios anteriores de distúrbios de humor ou alcoolismo podem contribuir para desencadear a DPP. Durante a gravidez ou após o parto pode ainda se desenvolver quadros ansiosos ou sinais psicóticos.

É essencial proporcionar acompanhamento e intervir adequadamente diante de indícios de quadros depressivos em gestantes e puérperas, inclusive visando o desenvolvimento saudável da criança.

A questão se reveste de tamanha gravidade que levou o legislador a se ocupar da assistência psicológica à mulher no período pré e pós-natal. Assim, consta do texto da Lei 8.089, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, o seguinte § 4º, inserido em 2009:

Art. 8º É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.

.....
§ 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.

Em nossa opinião, a questão está pacificada em termos de legislação. Temos a comentar ainda que o texto em vigor tem abrangência bem mais ampla que a do projeto analisado, pois não se restringe a investigar apenas uma patologia, a depressão pós-parto, mas propõe a assistência psicológica de modo amplo.

Assim, reconhecemos a significativa repercussão da depressão pós-parto. É indispensável identificar os sintomas e proporcionar à mulher atenção integral e tempestiva.

No entanto, consideramos que a questão está devidamente tratada na lei que já vigora. Não é, pois, necessário se instituir a tramitação de novo projeto com finalidade de assegurar direitos já garantidos pela legislação, em especial se ela o faz de modo mais amplo.

Tendo em vista essas considerações, manifestamos o voto pela rejeição do Projeto de Lei 702, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado GERALDO RESENDE
Relator